

## O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas

*The Impact of (not) Having Impact: A Critical Sociology of Scientific Publications*

*L'impact d'avoir (ou pas) de l'impact: pour une sociologie critique des publications scientifiques*

Fernando Ampudia de Haro

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6659>

DOI: 10.4000/rccs.6659

ISSN: 2182-7435

### Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### Edição impressa

Data de publicação: 1 setembro 2017

Paginação: 83-106

ISSN: 0254-1106

### Refêrencia eletrónica

Fernando Ampudia de Haro, « O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 113 | 2017, posto online no dia 27 julho 2017, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/6659> ; DOI : 10.4000/rccs.6659

---



FERNANDO AMPUDIA DE HARO

## O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas

O objetivo do presente artigo é duplo: analisar a lógica e o funcionamento da publicação científica entendida como uma figuração global, e analisar o modelo de investigador subjacente a esta figuração. A publicação científica é um fenómeno que envolve docentes e investigadores, universidades e centros de investigação, o Estado, as editoras de revistas e as empresas de informação e indexação científicas, as suas conexões internas e os seus equilíbrios de poder. Ao mesmo tempo, existe um discurso que legitima a publicação científica de acordo com critérios particulares de internacionalização, divulgação e reconhecimento e que prescreve um modelo de conduta publicadora. Finalmente, neste texto reflete-se sobre as consequências deste discurso num país semiperiférico como Portugal em termos de produção, distribuição e consumo de conhecimento.

**Palavras-chave:** fator de impacto; internacionalização; Portugal; publicação; revistas científicas.

### Introdução

Fator de impacto, indexação, número de citações e avaliação são conceitos atualmente omnipresentes em qualquer universidade e centro de investigação. Todos fazem parte, num sentido amplo, da publicação científica. Esta, além de ser uma ocupação, é também, como expressa o famoso ditado *Publish or Perish*, uma fonte de pressão sobre os indivíduos. Mas os seus significados não se esgotam aqui: é ainda componente essencial do mercado global de revistas científicas, moeda de troca que permite adquirir reputação e capital científico e fator de hierarquização entre profissionais, instituições e países. Estamos perante um fenómeno que não se esgota na simples redação e receção de um texto. Como prática social, envolve uma apropriação do conhecimento além do poder, da desigualdade, das lógicas de mercado e dos modelos específicos de conduta associados. Isto é, a publicação científica

contém elementos que a tornam um alvo legítimo para qualquer exercício de sociologia crítica.

Este exercício só pode ser reflexivo. Se o presente texto for publicado, a) tornar-se-á num artigo que fala sobre publicação científica; b) que cumpre os requisitos formais de cientificidade, e c) que é produzido por um autor que, por sua vez, se submete ao conjunto de pressões e contrapressões que atravessam o mundo acadêmico em termos de publicação. Dito de um outro modo, é necessário ter consciência de que uma publicação científica sobre publicações científicas não é uma entidade externa que observa assepticamente a realidade que estuda. Pelo contrário, faz parte dessa realidade e assume, como veremos, um posicionamento face a um conjunto de efeitos que considero indesejáveis. Pierre Vilar, o grande historiador francês, afirmava que existem três modos de relacionamento entre o historiador e o conhecimento, igualmente aplicáveis ao campo das ciências sociais. Existe o profissional que afirma ser objetivo sabendo que é partidário e que, portanto, mantém uma atitude desonesta. Existe o néscio, que pensa ser objetivo quando, na verdade, é partidário. E existe aquele que integra o conhecimento, a reflexividade e a tomada de posição pensando que uma análise justificada e argumentada é o melhor modo de confirmar essa posição (Vilar *apud* Izquierdo Martín e Sánchez León, 2006: 68 ss.).

O objetivo destas páginas é efetuar uma aproximação à lógica e ao funcionamento da publicação científica, entendida como uma figuração global, e ao modelo de investigador afim a esta figuração.

O conceito de figuração proposto por Norbert Elias (1982, 1999) designa o conjunto de relações de interdependência estabelecidas entre atores sociais, assim como as dinâmicas resultantes das suas ações, mas não necessariamente das suas intenções. As diferenças entre figurações dependem da extensão das relações de interdependência, da sua complexidade e dos equilíbrios de poder existentes. Neste sentido, a primeira parte da minha análise focar-se-á nas conexões entre docentes-investigadores, universidades-centros de investigação, o Estado, as editoras de revistas e as empresas de informação-indexação científicas. De seguida, explorarei o discurso mediante o qual é legitimada e naturalizada a publicação científica de acordo com critérios particulares de internacionalização, apresentados como sendo universais e igualitários. Este discurso é reconstruído a partir do material pedagógico fornecido nas ações de formação que as editoras de revistas científicas dirigem ao pessoal docente e investigador com o objetivo de incentivar a publicação. Posteriormente, exponho as principais dimensões do modelo de conduta

que essa figuração e esse discurso exigem dos investigadores/docentes na produção de artigos científicos. O discurso convencional da ciência centra-se na procura da verdade, o avanço do saber ou a melhoria da vida humana e da sociedade. Pelo contrário, o discurso prototípico que nesta figuração global pretende moldar a conduta publicadora afasta-se destas motivações convencionais.

O presente artigo também se concentra nas consequências destas dinâmicas globais sobre um país semiperiférico como Portugal. A produção, distribuição e o consumo de conhecimento apresentam desigualdades em função da posição dos países nessa figuração global. Portugal possui características dos países centrais e, simultaneamente, dos periféricos, o que o converte num ponto de mediação e canalização entre os dois polos.

### **1. A figuração mundial de publicações científicas**

A publicação científica pode ser entendida como uma figuração global, isto é, um sistema de relações de interdependência integrado por diferentes atores com características e funções diversas. O posicionamento e a atividade de cada um destes atores é relacional e, neste sentido, deve evitar-se a tentação de atribuir um poder absoluto ou quase-absoluto a algum destes atores. É mais apropriado falar em maiores ou menores margens de ação, mas sempre sob uma ótica de dependência recíproca (McGuigan e Rusell, 2008). Para explicar o funcionamento e a lógica desta figuração, em primeiro lugar é necessário identificar os seus atores mais relevantes.

#### **Classificadores**

Responsáveis pela elaboração dos índices e do cálculo do Factor de Impacto (FI), assim como da sua divulgação. Eugene Garfield é reconhecido como o criador do FI (Archambault e Larivière, 2009; Aranda Anzaldo, 2009), valor que indica o número médio de vezes que os artigos publicados por uma determinada revista nos dois anos anteriores ao ano que está a ser considerado são citados por artigos publicados em outras revistas no ano considerado. Deste modo, em meados dos anos 1960 foi possível gerar uma classificação das publicações que as organiza desde a mais citada até à menos citada, o *Science Citation Index* (SCI). Em 1973 foi criado o SCI específico para as ciências naturais e, cinco anos mais tarde, para as ciências sociais. Em 1975 o FI é tornado público, quando a instituição que preside Garfield, o *Institute for Scientific Information* (ISI), publica o *Journal of Citations Report* (JCR) como suplemento anual do SCI (Garfield, 2006)

Hoje, o ISI está integrado na companhia Thomson Reuters, responsável, precisamente, pelo JCR, um dos seus produtos mais destacados. À escala mundial, esta companhia é a maior organização de classificação de informação científica.

### **Grupos editoriais**

Empresas multinacionais que, entre as suas áreas de atividade, incluem a publicação de revistas científicas. Os principais são Emerald, Springer, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis e Sage Publications.

### **Produtores**

Investigadores e docentes que submetem os seus artigos em revistas para serem avaliados e que, simultaneamente, podem desempenhar o papel de avaliadores dos artigos dos seus pares.

### **Compradores**

Bibliotecas, departamentos universitários e centros de investigação e outras instituições públicas ou privadas, que adquirem, através de diferentes modalidades de subscrição, as revistas que vendem os grupos editoriais. Deste modo, colocam à disposição dos produtores o corpo de conhecimento mais recente.

Após esta breve caracterização, é necessário aprofundar as suas dimensões para entender que tipo de relações se estabelecem entre estes atores. O principal classificador é a Thomson Reuters, resultado da fusão entre Reuters – de origem britânica, agência de notícias especializada em informação financeira – e Thomson – de origem canadiana e estadunidense, com atividade na área financeira, da saúde, jurídica, da auditoria e farmacêutica. Dentro da companhia, a divisão Thomson Reuters Science, como já foi referido, absorveu o ISI e produziu a *Web of Science* (WoS), assim como o JCR (Reig, 2015). De forma geral, a inclusão de uma revista neste índice depende do cumprimento de requisitos relacionados com a regularidade da publicação, do acesso à informação sobre as fontes do artigo, da diversidade internacional dos autores e da equipa editorial e do número de citações. Graças a essa inclusão, as revistas podem aumentar o seu prestígio e a sua pretensão de qualidade.

Os grupos editoriais utilizam o FI e a indexação como elementos potenciadores da sua relevância. Para as multinacionais que dominam o mercado, a indexação e um elevado FI das suas revistas são sempre uma mais-valia comercial. Os grupos anteriormente referidos foram

aumentando a sua dimensão e o seu volume de negócios adquirindo diferentes editoras de menor dimensão ao longo dos últimos vinte anos (Larivière, Haustein e Mongeon, 2015). Em 2013, do total dos artigos de ciências sociais e humanidades da WoS a Elsevier publicou 16,4% (4,4 vezes mais do que em 1990), a Taylor and Francis 12,4% (16 vezes mais do que em 1990), a Wiley-Blackwell 12,1% (3,8 vezes mais do que em 1990), a Springer 7,1% (21,3 vezes mais do que em 1990) e a Sage 6,4% (4 vezes mais do que em 1990) (*ibidem*). Se considerarmos apenas a rúbrica de ciências sociais – sociologia, economia, antropologia, ciência política e estudos urbanos – tal como é identificada pela WoS, estes cinco grupos foram responsáveis pela publicação de 15% dos artigos em 1995, e de 66% em 2013 (*ibidem*).

O domínio que exercem no mercado de publicações científicas permite falar na existência de um oligopólio (McGuigan e Russell, 2008), cuja principal fonte de receitas são as subscrições às revistas que editam e divulgam. O produto que comercializam – artigos científicos – assim como o seu controlo de qualidade – avaliação por pares – são cedidos de modo gratuito pois, maioritariamente, nem os autores nem os avaliadores são remunerados. Em troca, estes obtêm o prestígio de ter publicado ou elaborado um parecer para uma revista conceituada, um aumento das suas possibilidades de promoção profissional, uma melhoria do seu *curriculum vitae* ou os cada vez mais frequentes prémios oferecidos pelos centros de investigação ou pelas universidades.

Outro aspeto importante é que os principais compradores de conhecimento sob o formato de revistas científicas são as universidades e os centros de investigação, o que implica/exige considerar as suas relações com as políticas científicas e o mercado editorial.

Em termos gerais, os principais organismos nacionais e internacionais defendem a existência de um vínculo positivo entre a ciência-tecnologia e o desenvolvimento económico (CCE, 2005). Este discurso é esgrimido pelas autoridades responsáveis pela política científica nacional e supranacional (por exemplo, a União Europeia) legitimando o investimento em ciência como uma atividade profissional (Aranda Anzaldo, 2009). O investimento que implica uma distribuição de recursos entre centros de investigação e universidades, também é justificado de acordo com o retorno expectável medido através da rentabilidade produzida, o reconhecimento por parte da comunidade científica, a repercussão internacional ou a classificação alcançada nos mais diversos *rankings* (Fernández-Ríos e Rodríguez-Díaz, 2014). Paralelamente, o retorno torna-se um indicador do sucesso das políticas científicas e, mais especificamente, do grau de pertinência do financiamento.

É uma componente essencial dos diferentes processos de mensuração do trabalho imaterial associados à ideia de uma sociedade que se desenvolve, essencialmente, a partir de atividades baseadas no alinhamento entre o saber, o mercado e a indústria (De Angelis e Harvie, 2009; Santiago, Carvalho e Ferreira, 2013).

O expectável é uma valorização económica do conhecimento que venha a ser produzido ao abrigo das políticas científicas. De facto, este aspeto é reconhecido no caso português pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – Lei n.º 62/2007 (Santiago, Carvalho e Ferreira, 2013: 603) – e é afim a fórmulas “manageriais” de gestão académica e científica. Estas fórmulas orientam-se para um aproveitamento das oportunidades que o mercado do ensino e da ciência oferece para a captação de investigadores, docentes e estudantes em condições de concorrência com outras instituições e para uma exploração mercantil do conhecimento transferido para as empresas (Santiago e Carvalho, 2004). Essas condições de concorrência concretizam-se na elaboração de *rankings* de universidades, instrumento que supostamente transmite informação objetiva aos potenciais docentes, investigadores e estudantes nas suas decisões e que, discursivamente, apela à excelência como fator distintivo das posições nesses *rankings*. Parte fundamental das classificações e da comunicação dessa excelência académica, um conceito vago e nunca bem definido (Herzog, Pecourt e Hernández, 2015), são as publicações científicas produzidas (Davies e Petersen, 2005; Gómez e Jódar, 2013; Ordorika e Lloyd, 2015).

Portugal não é alheio ao pressuposto que relaciona a política científica com o mercado editorial. Aproximadamente desde 1990, um dos fatores de avaliação – embora não seja o único – de unidades de investigação, projetos ou investigadores é o volume de publicações e a sua internacionalização. Em 2004, por exemplo, surge a primeira proposta explícita de conectar o financiamento, a produtividade e o FI, retirando peso à avaliação qualitativa para ligar a distribuição de verbas à publicação internacional em revistas indexadas pelo ISI (Santos Pereira, 2004).

Apesar da incorporação de Portugal no discurso da economia do conhecimento, da globalização competitiva e do investimento em ciência com retorno e impacto, persistem outros enfoques que não assumem linearmente essas diretrizes. A comunicação institucional das universidades portuguesas é um exemplo disso. De acordo com Santiago, Carvalho e Ferreira (2013) estas, nos seus *sites*, alternam três tipos de discurso. O primeiro é um discurso tradicional onde a universidade é conceptualizada como um gerador-repositório de conhecimento. Este discurso é

utilizado quando a instituição apresenta genericamente os seus objetivos e a sua missão, procurando legitimar-se mediante a produção de saber. O segundo, que vai ao encontro do conhecimento como motor económico, é utilizado quando as universidades apresentam a sua visão da investigação, com insistência na mensurabilidade, no retorno e na transferência para o mundo empresarial. No entanto, este segundo tipo raramente se apresenta em estado puro. Assim, é possível falar num terceiro tipo, um discurso híbrido que combina a visão “managerialista” e mercantilizada com uma outra, focada na geração de conhecimento para o progresso.

As vozes que se ouvem com frequência desde o campo das ciências sociais e das humanidades são mais críticas (Pereira, 2014; Curto, 2014). Estas insurgem-se contra os procedimentos de avaliação objetivistas baseados em índices bibliométricos e reivindicam abordagens alternativas que coloquem o foco na qualidade. O substrato destas críticas tem a ver com a necessidade de reconhecer a cultura científica distintiva das ciências sociais e das humanidades face à das ciências naturais (CCCSH, 2011). É verdade que estas culturas científicas tendem hoje, sob esse discurso da economia do conhecimento e da ciência com impacto, para uma convergência especialmente visível naquelas áreas das ciências sociais mais próximas dos padrões de publicação das ciências naturais. É o caso das vertentes da psicologia mais vinculadas à medicina, da antropologia biológica face à antropologia social, das versões quantitativas da ciência política, ou da ciência económica matematizada. Mas também é verdade que, para as ciências sociais e as humanidades, o veículo privilegiado de comunicação científica não é necessariamente o *paper* de impacto que procuram as editoras. Os livros e os capítulos de livros continuam a ser uma ferramenta fundamental para a transmissão dos resultados da investigação que, em muitos casos, gera produtos intangíveis: conhecimento focado na compreensão de fenómenos ou na melhoria de procedimentos, condutas ou mentalidades e, em consequência, refratários à quantificação (Sádaba Rodríguez, 2014; Silva e Araújo, 2014).

Existem também impugnações totais do FI como critério de avaliação, financiamento, contratação e promoção profissional, como a promovida pela San Francisco Declaration on Research Assessment (DORA, 2012). Esta declaração tem origem no campo das ciências naturais, nomeadamente no Encontro Anual da Sociedade Americana de Biologia Celular, mas hoje conta com signatários de todas as áreas científicas. Um outro documento análogo é o Manifesto de Leiden (Hicks *et al.*, 2015), que reserva ao FI um papel complementar na avaliação científica que deve ser, essencial e prioritariamente, qualitativa e exercida por pares especializados.

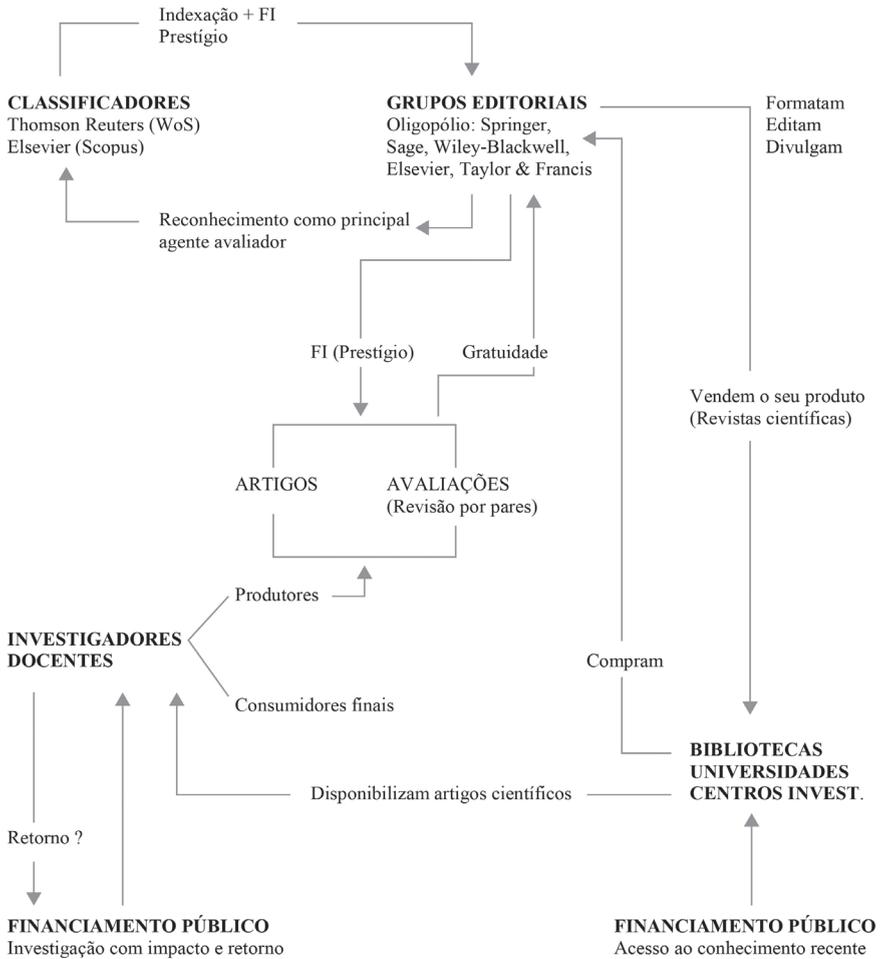
Fora do marco da crítica ao FI e relacionado com os procedimentos de divulgação do conhecimento, o sistema de Acesso Aberto (*Open Access*) pode supor, à partida, um desafio à concentração desse conhecimento nas editoras globais. A difusão dos resultados da investigação é efetuada de forma aberta, *online*, gratuita e sem restrições e licenças mediante repositórios ou revistas de consulta livre. No entanto, faltam ainda estudos específicos que permitam determinar em que medida esse hipotético desafio é real ou como se concretiza nas diversas áreas científicas, tendo em conta a capacidade que as editoras globais estão a revelar para oferecer conteúdos em aberto – financiados pelos próprios autores – fagocitando o espírito do *Open Access* (Cardoso *et al.*, 2009; Sádaba Rodríguez, 2014)

No Quadro 1 apresenta-se, de modo esquemático, a sequência das principais relações que estruturam o funcionamento da figuração global relativa à publicação científica.

Nesta sequência, os classificadores oferecem prestígio mediante a indexação e o FI às revistas dos grupos editoriais que, em troca, reconhecem e legitimam o papel dos primeiros, ajustando as suas publicações aos requisitos da indexação. Estes grupos editam, formatam, divulgam e vendem um produto – artigos científicos – que lhes é entregue voluntária e gratuitamente pelos produtores – investigadores e docentes –, que também assumem a função de avaliadores. Os compradores, mediante diferentes modalidades de subscrição, adquirem as revistas, que disponibilizam aos investigadores e aos docentes na sua qualidade de consumidores finais. As linhas de financiamento público aplicam-se aos compradores e aos investigadores e docentes, sempre como uma contraprestação pela produção de resultados científicos que gerem retorno e impacto.

A questão que se coloca é determinarmos se essa contraprestação é possível numa figuração onde o produto da investigação financiada com recursos públicos, sob o formato de artigo científico, é cedido a revistas detidas por grupos editoriais privados que, por sua vez, limitam o acesso do público geral aos próprios artigos, para vendê-los aos compradores que os disponibilizarão, de novo, aos produtores. Neste caso, transfere-se financiamento do setor público para grupos empresariais privados: os cientistas entregam o resultado das suas pesquisas ou avaliam os resultados das investigações alheias sem custo algum para as revistas desses grupos que, como contrapartida, oferecem o prestígio do FI e, subsequentemente, a possibilidade de progredir na carreira profissional. Esta transferência é incentivada pelo Estado mediante sistemas de avaliação da investigação (Strathern, 2000) que privilegiam a publicação de artigos nessas mesmas revistas.

**QUADRO 1 – Figuração das publicações científicas**



Fonte: elaboração própria

Portanto, a relação entre a categoria “investigadores/docentes” e categoria “financiamento público”, mediante o conceito de “retorno”, levanta dúvidas sobre o modo como os investigadores e os docentes retribuem o financiamento recebido: o que é que entregam, como rendição de contas, aos seus financiadores, conteúdos substantivos ou métricas de impacto e citações?

Em suma, esta figuração global apresenta várias linhas mestras:

- o FI é um indicador privilegiado na avaliação da qualidade, do valor e do potencial de retorno da produção científica;
- o impacto, definido como o número de citações geradas em revistas indexadas pelos classificadores, é interpretado como uma mensuração do desempenho do cientista, a expressão do seu valor de mercado e a sua capacidade para gerar retornos sobre o investimento;
- no quadro discursivo da economia do conhecimento, esta relação entre o impacto, o retorno, a qualidade e o valor de mercado é promovida de forma coerente pelas universidades, pelos centros de investigação, pelas políticas científicas públicas e pelos grupos multinacionais que dominam a publicação científica;
- a figuração está governada por dinâmicas de concorrência em que os atores trocam simultaneamente recursos monetários e simbólicos (prestígio e reconhecimento) com o propósito de manter ou reforçar as suas oportunidades e a sua posição no seio da figuração.

Este contexto cria condições para o desenvolvimento de modalidades específicas de conduta. Como tal, é possível identificar comportamentos e mentalidades prototípicas afins ao funcionamento da figuração global de publicações científicas que são promovidos pela sua lógica e que, ao mesmo tempo, a alimentam.

## **2. A publicação como código de conduta**

Existe um modelo de regulação e de gestão da conduta afim à lógica da figuração global de publicações científicas. Este tópico tem merecido diferentes abordagens por parte de autores que falam num estilo intelectual e emocional típico do mundo académico e científico (Hicks e Potter, 1991; Burrows, 2012; Gómez e Jodar, 2013; Fernández Ríos e Rodríguez Díaz, 2014).

Para entender este modelo de regulação e gestão da conduta publicadora, devemos partir do padrão de comportamento desejável que é transmitido acerca de o quê, porquê, para quê, como e onde publicar. Isto é, temos de conhecer o discurso prescritivo que define o comportamento expectável de quem deseja publicar um artigo científico. Este discurso pode ser reconstruído com recurso às ações de formação sobre publicação científica que as universidades organizam para o seu corpo docente e investigador; as quais costumam contar com a presença de representantes dos principais grupos editoriais mundiais. Um exemplo destas ações são as promovidas pela Universidade de Aveiro nos seus *workshops* para

autores e investigadores.<sup>1</sup> A escolha desta iniciativa justifica-se pelo seu carácter paradigmático: um organismo público que oferece formação em diferentes sessões com palestrantes de Emerald-Elsevier (2013), Springer (2012) e Thomson Reuters (2015).

A primeira questão abordada tem ver com as razões genéricas da publicação científica. Umás prendem-se com uma visão clássica dos artigos científicos como veículos para apresentar ideias, resultados e metodologias à comunidade de pares. Funciona como um procedimento de comunicação, contribuindo para o avanço do conhecimento que, ao ser publicamente escrutado, adquire credibilidade. Há também razões de natureza socio-profissional: os investigadores e docentes publicam para obter reconhecimento público pelo seu trabalho e para aumentar as suas hipóteses de progressão na carreira. E há, por fim, motivos de cariz pessoal vinculados à realização e à satisfação pessoais, uma vez que o artigo é publicado.

Após as razões genéricas que explicam a publicação científica, o discurso foca-se nas razões para publicar em revistas internacionais, definidas como aquelas que fazem parte das duas editoras convidadas – Springer e Elsevier – ou da WoS da Thomson Reuters:

- estas revistas garantem, mediante procedimentos técnicos, elevados níveis de qualidade dos artigos beneficiando também os autores do profissionalismo dos seus serviços editoriais;
- a divulgação e promoção das revistas é efetuada à escala global;
- a publicação nestas revistas está fortemente associada à progressão profissional e ao sucesso na captação de financiamento para investigação. São revistas com FI significativos e, como assinala uma das editoras, “[...] não há qualquer dúvida de que o fator de impacto é visto como uma referência da qualidade da revista em muitas comunidades académicas” (Springer, 2012);
- as revistas internacionais, ao serem publicadas em inglês, aumentam a visibilidade dos artigos e dos seus autores. Este fenómeno, como aponta outra editora, “[...] tornará o seu trabalho mais fácil de ser descoberto, o que significa mais divulgação e possivelmente mais citação” (Emerald-Elsevier, 2013).

Até aqui o porquê da publicação. A questão “o quê” é orientada pelas expectativas dos editores relativamente aos artigos que desejam ver publicados. Essas expectativas, às quais o investigador deve responder, referem-se essencialmente a:

---

<sup>1</sup> Ver <http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/PageText.aspx?id=15298>. Consultado a 18.07.2016.

- solidez e capacidade dos trabalhos para superar um processo exigente de revisão por pares;
- temas que se integrem no que as editoras designam como áreas de investigação ativas, facto que aumenta a sua capacidade de gerar citações e de melhorar o FI da revista.

O onde publicar é um dado evidente: em revistas indexadas pelo ISI na WoS e com FI reconhecido. A WoS é apresentada como uma base de dados que reúne 12 500 revistas científicas, 160 000 atas de conferências e 60 000 livros. Mediante subscrição, pode-se pesquisar, criar alertas e identificar “[...] a importância relativa das revistas no domínio das respetivas áreas de conhecimento” (Thomson Reuters, 2015) graças ao JCR. Uma outra coleção da WoS, chamada *Essential Science Indicators*, “[...] permite aceder a *rankings* de países, instituições, revistas e autores segundo as citações recebidas, identificar os trabalhos mais citados – os conhecidos como *Top Papers* que, pela sua vez integram os *Highly Cited Papers* e os *Hot Papers* – e conhecer as áreas de investigação ativas ou aquelas que têm maior potencial de crescimento” (Thomson Reuters, 2015). As editoras convidadas recomendam que os artigos sejam destinados a revistas que façam parte do universo da WoS por três motivos:

- garante um amplo leque de escolhas;
- permite que os investigadores possam ver onde publicam os seus concorrentes e conhecer os seus dados bibliométricos;
- oferece um bom sistema de controlo da qualidade.

Em função deste discurso e da lógica da figuração global, é possível identificar as componentes do modelo de conduta afim às condições que hoje caracterizam a publicação científica. A primeira dessas componentes é a tendência para medir a conduta investigadora própria e alheia mediante a utilização dos diferentes indicadores de impacto. O investigador aprende a calcular ou a estimar a relevância da produção científica, o que lhe permite, informalmente, autoavaliar-se, mas também avaliar os seus pares. A mensuração do desempenho e, por extensão, da qualidade associada ao impacto atribuído, aumenta o grau de vigilância sobre o comportamento individual no que toca à sua planificação e à sua organização estratégica (Burrows, 2012; Berg, Huijbens e Larsen, 2016). Este controlo reflexivo é fundamental para a aquisição de capital científico (Bourdieu, 2008), entendido como uma combinação de conhecimento técnico e de autoridade intelectual que faz com que o seu possuidor consiga determinar perante aos seus pares o que é ou não legítimo como prática científica ou como objeto de pesquisa. Do mesmo modo, outorga uma maior margem de ação dentro dos constrangimentos próprios de cada posição no campo académico-científico.

A segunda componente é o desenvolvimento de uma modalidade de racionalidade utilitária que procura a maximização do impacto entendido como uma síntese de reconhecimento, citações recebidas, captação de financiamento e progressão na carreira. Neste sentido, Alvesson (2012) fala numa mentalidade ROIsearch, numa síntese entre “research” (investigação) e o acrônimo ROI, que designa o retorno sobre investimento (*return on investment*) no mundo dos negócios. Essa mentalidade permite determinar o quê, quanto, como e onde deve ser publicado um artigo para aumentar o seu impacto, o que explica também o florescimento de guias e manuais com esse propósito (LSE Public Policy Group, 2011).

A maximização do impacto como padrão de conduta investigadora coloca em questão postulados institucionais do *ethos* científico clássico como o comunalismo, o universalismo e o desinteresse (McFarlane e Cheng, 2008). De forma sintética, o comunalismo baseia-se na ideia do conhecimento científico como um bem comum livremente disponível e acessível para toda a sociedade. No entanto, e face a isto, existem poderosos incentivos para maximizar o impacto – o retorno, a reputação, a propriedade intelectual, o sucesso profissional – antes da partilha coletiva dos resultados num contexto de concorrência. São condutas que desafiam essa norma-valor do conhecimento como algo que pertence a todos e não é exclusivo de ninguém. Por outro lado, o universalismo designa a possibilidade que tem qualquer cientista, independentemente das suas condições culturais e sociais, para contribuir para o conhecimento científico, uma vez que o método e a lógica da ciência são os mesmos para todos os seres humanos. Este postulado choca com a desigual distribuição e produção de conhecimento à escala global numa conjuntura competitiva em que, como comprovaremos na próxima seção, o ponto de partida não é o mesmo para todos os investigadores. O desinteresse aponta para a supressão das preferências pessoais na validação ou na rejeição do conhecimento. Este princípio é questionado pelas decisões estratégicas tomadas pelos investigadores quando orientam a sua investigação para temas oportunistas, que aumentam as possibilidades de financiamento e de notoriedade.

A terceira componente corresponde a um ritualismo intelectual e procedimental que, por efeito da concorrência, estandardiza a produção de artigos científicos. Essa estandardização manifesta-se na homogeneização da estrutura, do tipo de escrita, da metodologia ou dos temas escolhidos. Existe uma adaptação a esses *standards* como pré-requisito de publicação de artigos de impacto que, em muitos casos, pode ser cínica reconhecendo a inevitável aceitação de umas regras sem as quais não se pode prosperar

em termos profissionais (Espeland e Sauder, 2007; Fernández Ríos e Rodríguez Díaz, 2014).

A quarta e última componente é o ensimesmamento publicador. O número de publicações e de citações funciona como um instrumento transmissor de distinção. Esta é transmitida mediante diferentes ações que comunicam publicamente o valor do investigador. Quem publica, deve trabalhar na sua visibilidade – o que aumenta a possibilidade de ser citado (Espeland e Sauder, 2007) – mantendo-se ativo nas plataformas de investigação – Academia ou Research Gate, por exemplo –, na criação de *sites* e blogs pessoais ou na utilização das redes sociais (Buela-Casal, 2014).

Por exemplo, a Emerald recomenda que o investigador se torne no seu próprio relações públicas não descuidando a sua presença *online*, construindo a sua rede, contactando os autores que cita para lhes enviar os seus artigos, encorajando a escrita de resenhas ou voluntariando-se como avaliador (Emerald-Elsevier, 2013). O risco mais evidente desta autopromoção é a hiperbolização da importância que o investigador se atribui, isto é, certa tendência para a grandiosidade no grau de internacionalidade, reputação e notoriedade comunicados nas ações de *marketing* individual (Alvesson, 2012).

As quatro dimensões referidas configuram um arquétipo global de investigador. Existe esse apelo constante à capacidade do indivíduo, ao desenho de estratégias alinhadas com a maximização das oportunidades, à autopromoção e à autoavaliação. Este foco na componente individual é complementado com uma caracterização genérica do contexto de investigação, como um meio competitivo onde as regras são iguais para todos os concorrentes. Em consequência, o sucesso dependerá das aptidões e dos esforços individuais. É verdade que o meio é competitivo, embora convenha não esquecer que as condições de investigação não são as mesmas para todos. A competição é desigual e, no caso de Portugal, parte com uma significativa desvantagem.

### **3. A concorrência desde a semiperiferia**

Genericamente, as universidades e os centros de investigação têm reservado ao longo dos últimos anos um espaço crescente no seu discurso e na sua estratégia à lógica da publicação associada à indexação e ao FI, à internacionalização e à captação competitiva de recursos. Obviamente, esta lógica apresenta particularidades em função de cada instituição mas constitui um discurso transversal que define o que é expectável na conduta dos investigadores. No entanto, não tem em conta a posição que ocupa o

país no sistema mundial de produção e de distribuição do conhecimento (Alatas, 2003; Beigel, 2013).

Desde os anos 1990, Portugal foi implementando um conjunto de políticas científicas que aproximavam o país dos padrões europeus. Essa tentativa continuada assentou e assenta hoje na ideia de que a distância relativamente a esses padrões pode ser encurtada graças a uma combinação de esforço, investimento, organização e tempo (Arriscado Nunes, 2002). De fora costuma ficar a reflexão acerca do papel e do posicionamento de Portugal no fluxo mundial da produção e da distribuição da ciência. Esta reflexão é necessária, pois permite entender se aquela síntese de esforço, investimento, organização e tempo é ou não suficiente para colmatar as lacunas existentes ou se seria ainda necessário considerar alguns condicionamentos estruturais dificilmente superáveis sem uma alteração real da posição de Portugal naquele fluxo.

Portugal é um país com uma cultura científica de fronteira (*ibidem*): há fluidez na separação entre áreas científicas, variabilidade na carreira dos cientistas, um envolvimento desigual nos grupos transnacionais, dependência em relação à reputação das redes internacionais e uma sobreposição entre a universidade e a ciência. No domínio das ciências sociais, ocupa uma posição semiperiférica relativamente ao centro (Heilbron, 2014). Integram este centro os Estados Unidos e países europeus como o Reino Unido, a Holanda e a Alemanha, sendo as suas características as seguintes:

- o conhecimento que produzem está essencialmente relacionado com questões e problemáticas próprias das sociedades centrais (Blagojevic e Yair, 2010);
- as universidades e os centros de investigação têm proximidade com as principais editoras científicas, também localizadas nesse centro;
- a língua inglesa é hegemónica como ferramenta de publicação e comunicação (Hamel, 2007);
- a partir desse centro são elaborados os principais indicadores de impacto, *rankings* e sistemas de indexação, assim como o discurso que liga a avaliação do docente/investigador à produtividade publicadora.

A semiperiferia, pelo seu lado, tem características diferentes:

- realiza a mediação entre o centro e a periferia, isto é, canaliza o conhecimento produzido no centro e efetua a adaptação linguística do inglês para as línguas periféricas (Bennett, 2014a);
- exhibe tendências de atração para o centro, assumindo ou tentando replicar os seus padrões de publicação, de obtenção de reputação,

de visibilidade e de impacto. Este fator de atração age como um instrumento de legitimação da atividade do cientista e da política científica. O estatuto acadêmico e científico é construído, em grande parte, a partir da emulação de modelos, enfoques, autores e padrões de publicação bem-sucedidos no centro;

- simultaneamente, existe uma tendência de repulsão relativamente ao centro. As condições materiais das universidades ou dos centros de investigação são mais precárias do que as dos países centrais. Também existem as barreiras linguísticas, que exigem um investimento importante em tradução, além de oportunidades de financiamento menores.

Bennett (2014b) utiliza uma interessante e irónica expressão para designar esta tensão entre o centro e a periferia que vive a prática científica em Portugal: o Síndrome do Mordomo. Como tal, dá-se uma identificação com a “classe superior”, o centro, usada como verniz de distinção no estatuto científico e académico face às “classes inferiores”, a periferia. Ao mesmo tempo, aceita-se acriticamente o discurso e as práticas do centro no terreno da publicação científica. Esta metáfora é útil para explicar esta situação de duplo vínculo, típica de um país semiperiférico.

Por um lado, existe o desejo e a pretensão de integrar o centro, na medida que isso confere capital científico aos investigadores, legitimidade às políticas científicas, reconhecimento e possibilidades de retorno dos investimentos efetuados na ciência. Por outro, lida-se com dificuldades estruturais – menos financiamento e organização insuficiente –, trabalha-se com uma língua que não é a inglesa e existe uma atenção às questões de natureza local e nacional (as ciências sociais não são viáveis quando desligadas da sua envolvente), irrelevantes quando olhadas sob o pressuposto da internacionalização de cariz anglo-saxónica (Blagojevic e Yair, 2010; Pina Cabral, 2007).

O discurso da publicação científica associada ao FI, à indexação e à internacionalização tal como é definida a partir do centro e aceite acriticamente na semiperiferia constitui uma evidência da poderosa imaginação do centro (Santos, 1993) que singulariza a visão existente sobre a produção de artigos científicos. O encurtamento das distâncias relativamente ao centro é pensado como um problema próprio de uma sociedade central. Assim, bastará combinar a vontade de melhorar com recursos e organização para paliar o atraso científico. Não obstante, este modo de apresentar e pensar a questão elimina a posição de Portugal do debate; uma posição semiperiférica, e dificilmente compatível com as exigências centrais em termos de produção e de publicação científica.

Portanto, se o objetivo é alcançar esse centro, a tentativa não pode estar desprovida de uma abordagem da questão estrutural que determina condições de concorrência desiguais e desvantajosas para quem produz ciência em Portugal.

### **Conclusão**

O FI é hoje o sintoma de um modo de conceber a publicação científica como uma prática de concorrência entre agentes que procuram maximizar as suas oportunidades de progressão, reputação e valor de mercado. Também é o indicador que sintetiza a posição de cada agente nesse espaço de concorrência: avalia o seu desempenho, informa sobre a importância do seu trabalho, esclarece acerca da credibilidade que merece dos seus pares e comunica o seu potencial para captar recursos de financiamento. Este conjunto de significados tem sido incorporado paralelamente à evolução de uma figuração global de publicações científicas que converte o FI no motor das relações entre classificadores, editores, produtores e financiadores.

Um ponto crítico desta figuração é a estrutura oligopólica do mercado de revistas científicas, assim como a sua capacidade para atrair e transferir recursos públicos destinados a financiar a investigação para os explorar privadamente, mediante a venda de publicações a universidades e centros de investigação. O Estado, responsável pela política científica e pela distribuição de financiamento, encoraja a publicação nestas revistas, utilizando o FI como instrumento de avaliação dos investigadores e como legitimação das suas próprias políticas. Esta transferência de recursos é propiciada pelo financiador público, uma componente essencial do mecanismo de mercado (Costa e Rodrigues, 2008) que preside à publicação de artigos: a despesa pública é usada para dinamizar a iniciativa privada. De acordo com Wacquant (2012), esta é a característica fundamental do neoliberalismo, isto é, a utilização de meios, entre os que se incluem os estatais, para produzir, coordenar ou induzir arranjos mercantis na organização da vida social.

Esta figuração também está associada a um modelo de investigador adaptado ritualisticamente aos requisitos do FI, mas simultaneamente e de forma ativa mediante o desenho de estratégias de maximização do impacto, entre as que destacam todas aquelas relacionadas com a autopromoção de quem, cientificamente, se apresenta como um empresário de si próprio. Este modelo é construído com referências genéricas ao contexto onde se desenvolve a investigação como um ambiente competitivo para o qual o indivíduo deve estar devidamente preparado. Portanto, assume-se

que esse modelo, a par do investimento em organização e recursos, conduzirá a uma integração progressiva no centro do sistema mundial de produção e distribuição do conhecimento científico.

Este modo de pensar e de apresentar a questão obscurece os condicionalismos estruturais que confronta a ciência, quando produzida desde a semiperiferia. Sem essa reflexão, a publicação torna-se um exercício de emulação do centro em condições de perpétua desvantagem. É necessário pensar sobre a pertinência que pode ter para um país semiperiférico a assunção de um discurso e de um modelo sobre publicação que não considera seriamente aquela desvantagem e que não a incorpora nas expectativas e nas exigências que realiza aos seus investigadores. Do mesmo modo, é preciso saber se a semiperiferia pode “dar-se ao luxo” de permitir a transferência de recursos públicos – dominantes no terreno da investigação – para o negócio privado das editoras científicas. Finalmente, será necessário determinar se é este o protótipo de investigador que a semiperiferia pretende, paradoxalmente envolvido num discurso e numa práticas que alimentam uma imaginação do centro que reforça a sua condição semiperiférica.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

- Emerald-Elsevier (2013), “Guia para publicar”. Workshops para Autores-Investigadores da Universidade de Aveiro, 17 de outubro. Consultado a 18.07.2016, em <http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/PageText.aspx?id=15298>.
- Springer (2012), “Publishing Scientific Research”. Workshops para Autores-Investigadores da Universidade de Aveiro, 17 de abril. Consultado a 18.07.2016, em <https://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/PageText.aspx?id=15298>.
- Thomson Reuters (2015), “Plataforma Web of Science. Coleção Principal. Current Contents Connect. Journal Citation Reports/ Essential Science Indicators”. Workshops para Autores-Investigadores da Universidade de Aveiro, 27 de fevereiro. Consultado a 18.07.2016, em <http://blogs.ua.pt/biblioteca/wp-content/uploads/2015/03/WOS-Portugal-Presentation-Feb-2015.pdf>.

### Fontes secundárias

- Alatas, Syed Farid (2003), “Academic Dependency and the Global Division of Labour in Social Sciences”, *Current Sociology*, 51(6), 599-613.
- Alvesson, Mats (2012), “Do We Have Something to Say? From Re-search to Roi-search and back Again”, *Organization*, 20(1), 79-90

- Aranda Anzaldo, Armando (2009), “La ciencia posmoderna y el factor de impacto”, *Ciencia Ergo Sum*, 2, 17-22.
- Archambault, Éric; Larivière, Vincent (2009), “History of the Journal Impact Factor: Contingencies and Consequences”, *Scientometrics*, 79(3), 635-649.
- Arriscado Nunes, João (2002), “As dinâmicas da(s) ciência(s) no perímetro do centro: uma cultura científica de fronteira?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 189-198.
- Beigel, Fernanda (2013), “El sistema académico mundial y las perspectivas del conocimiento producido en la periferia”, *Pensamiento Universitario*, 15, 15-34.
- Bennett, Karen (2014a), “Introduction. The Political and Economic Infrastructure of Academic Practice. The ‘Semiperiphery’ as a Category for Social and Linguistic Analysis”, in Karen Bennett (org.), *The Semiperiphery of Academic Writing. Discourses, Communities and Practices*. London: Palgrave MacMillan, 1-10.
- Bennett, Karen (2014b), “The ‘Butler’ Syndrome: Academic Culture on the Semiperiphery”, *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, 69, 155-171.
- Berg, Lawrence D.; Huijbens, Edwar H.; Larsen, Henryk Gutzon (2016), “Producing Anxiety in the Neoliberal University”, *The Canadian Geographer*, 60(2), 168-180.
- Blagojevic, Marina; Yair, Gad (2010), “The Catch 22 Syndrome of Social Scientists in the Semiperiphery. Exploratory Sociological Observations”, *Sociologija*, 52(4), 337-358.
- Bourdieu, Pierre (2008), *Homo Academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Buela-Casal, Gualberto (2014), “Pathological Publishing: A New Psychological Disorder with Legal Consequences”, *The European Journal of Psychology Applied to Legal Contest*, 6, 91-97.
- Burrows, Roger (2012), “Living with the h-index? Metric Assemblages in the Contemporary Academia”, *The Sociological Review*, 60(2), 355-372.
- Cardoso, Gustavo; Caraça, João; Espanha, Rita; Triães, João; Mendonça, Sandro (2009), “As políticas de *Open Access*: Res publica ou autogestão”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, 60, 53-67.
- CCCSH – Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades (2011), *Ciências Sociais e Humanidades: mais excelência, maior impacto*. FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Consultado a 13.03.2017, em [https://www.fct.pt/conselhos\\_cientificos/sociais\\_humanidades](https://www.fct.pt/conselhos_cientificos/sociais_humanidades).
- CCE – Comisión de las Comunidades Europeas (2005), “Movilizar el capital intelectual de Europa: crear las condiciones necesarias para que las universidades puedan contribuir plenamente a la estrategia de Lisboa”, *Comunicación de la Comisión Europea*, 20 de abril, n.º 152. Bruxelas.

- Costa, Ana Cristina; Rodrigues, João (2008), “O nexu incomensurabilidade-mercadorização e as limitações da análise custo-benefício como guia de ação para os poderes públicos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 141-163.
- Curto, Diogo Ramada (2014), “O inverno da investigação”, *Jornal Público*, 2 de janeiro. Consultado a 13.03.2017, em <https://www.publico.pt/2014/01/02/culturaipsilon/noticia/o-inverno-da-investigacao-329218>.
- Davies, Bronwyn; Petersen, Eva Vendix (2005), “Intellectual Workers (Un)doing Neoliberal Discourse”, *Critical Psychology*, 13(1), 32-54.
- De Angelis, Massimo; Harvie, David (2009), “Cognitive Capitalism and the Rat Race: How Capital Measures Immaterial Labour in British Universities”, *Historical Materialism*, 17(3), 3-30.
- DORA – Declaration on Research Assessment (2012), “Proposal for Thomson Reuters to Modify the Journal Impact Factor”. Consultado a 18.07.2016, em <http://www.ascb.org/a-letter-to-thompson-reuters/>.
- Elias, Norbert (1982), *La sociedad cortesana*. Madrid, México: Fondo de Cultura Económica.
- Elias, Norbert (1999), *Sociología fundamental*. Barcelona: Gedisa.
- Espeland, Wendy Nelson; Sauder, Michael (2007), “Rankings & Reactivity. How Public Measures Recreate Social Worlds”, *American Journal of Sociology*, 113(1), 1-40.
- Fernández-Ríos, Luis; Rodríguez-Díaz, Javier (2014), “The Impact Factor Style of Thinking. A New Theoretical Framework”, *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 14, 154-160.
- Garfield, Eugene (2006), “The History and Meaning of the Journal Impact Factor”, *The Journal of the American Medical Association*, 295(1), 90-93.
- Gómez, Lucía; Jódar, Francisco (2013), “Ética y política en la universidad española: la evaluación de la investigación como tecnología de la subjetividad”, *Athenea Digital*, 13(1), 81-98.
- Hamel, Rainer Enrique (2007), “The Dominance of English in the International Scientific Periodical Literature and the Future of Language Use in Science”, *AILA Review*, 20, 53-71.
- Heilbron, Johan (2014), “The Social Sciences as an Emerging Global Field”, *Current Sociology*, 62(5), 685-703.
- Herzog, Benno; Pecourt, Juan; Hernández i Dobon, Francesc Jesús (2015), “La dialéctica de la excelencia académica: de la evaluación a la medición de la actividad científica”, *Arxius de sociologia*, 32, 69-82.
- Hicks, Diana; Potter, Jonathan (1991), “Sociology of Scientific Knowledge: A Reflexive Citation Analysis of Science Disciplines and Disciplining Science”, *Special Studies of Science*, 23(3), 459-501.

- Hicks, Diana; Wouters, Paul; Waltman, Ludo; Ricjke, Sarah; Rafols, Ismael (2015), “Bibliometrics: The Leiden Manifesto for Research Metrics”, *Nature*, 520, 429-431.
- Izquierdo Martín, Javier; Sánchez León, Pablo (2006), *La guerra que nos han contado. 1936 y nosotros*. Madrid: Alianza.
- Larivière, Vincent; Haustein, Stefanie; Mongeon, Philippe (2015), “The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era”, *PLoS ONE*, 10(6). Consultado a 06.07.2016, em <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502>.
- LSE Public Policy Group (2011), *Maximizing the Impacts of Your Research: A Handbook for Social Scientists*. The London School of Economics and Political Science. Consultado a 18.07.2016, em <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/the-handbook/>.
- McFarlane, Bruce; Cheng, Ming (2008), “Communism, Universalism and Disinterestedness: Re-examining Contemporary Support Academics for Merton’s Scientific Norms”, *Journal of Academic Ethics*, 6(1), 67-78.
- McGuigan, Glenn S.; Russell, Robert D. (2008), “The Business of Academic Publishing: A Strategic Analysis of the Academic Journal Publishing Industry and its Impact on the Future of Scholarly Publishing”, *Electronic Journal of Academic and Special Librarianship*, 9(3). Consultado a 06.07.2016, em [http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan\\_g01.html](http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan_g01.html).
- Ordorika, Imanol; Lloyd, Marion (2015), “International Rankings and the Contest for University Hegemony”, *Journal of Education Policy*, 30(3), 385-405.
- Pereira, Ana Cristina (2014), “Ciências sociais lançadas ao inferno”, *Jornal Público*, 25 de janeiro. Consultado a 13.03.2017, em <https://www.publico.pt/2014/01/25/ciencia/noticia/ciencias-sociais-lancadas-ao-inferno-1620994>.
- Pina Cabral, João de (2007), “Língua e hegemonia nas ciências sociais”, *Análise Social*, 182, 233-237.
- Reig, Ramón (2015), “La investigación dependiente: crítica estructural al sistema JCR”, *Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, 27. Consultado a 06.07.2016 em <http://ambitoscomunicacion.com/2015/la-investigacion-dependiente-critica-estructural-al-sistema-jcr/>.
- Rodríguez Ruiz, Óscar (2009), “The Citation Indexes and the Qualification of Knowledge”, *Journal of Educational Administration*, 47(2), 250-266.
- Sádaba Rodríguez, Igor (2014), “El acceso abierto en ciencias sociales: notas sociológicas sobre publicaciones, comunidades y campos”, *Argumentos de Razón Técnica*, 17, 93-113.
- Santiago, Rui; Carvalho, Teresa (2004), “Effects of Managerialism on the Perceptions of Higher Education in Portugal”, *Higher Education Policy*, 17, 427-444.
- Santiago, Rui; Carvalho, Teresa; Ferreira, Andreia (2013), “As universidades portuguesas na senda da investigação empreendedora: onde estão as diferenças?”, *Análise Social*, 208, 594-620.

- Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 16-56.
- Santos Pereira, Tiago (2004), “Processos de governação da ciência: o debate em torno do modelo de financiamento das unidades de investigação em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 5-32.
- Silva, Sílvia; Araújo, Emília (2014), “Medir o impacto nas ciências sociais. Pontos de referência teóricos”, *Holos*, 30(4), 334-343.
- Strathern, Marilyn (org.) (2000), *Audit Cultures. Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London/ New York: Routledge.
- Wacquant, Loïc (2012), “Three Steps to a Historical Anthropology of Actually Existing Neoliberalism”, *Social Anthropology*, 20(1), 66-79.

---

Artigo recebido a 22.07.2016

Aprovado para publicação a 30.05.2017

### **Fernando Ampudia de Haro**

Universidade Europeia – Laureate International Universities

Estrada da Correia, n.º 53, 1500-210 Lisboa, Portugal

Contacto: fernando.ampudia@universidadeeuropeia.pt

---

### ***The Impact of (not) Having Impact: A Critical Sociology of Scientific Publications***

The aim of this paper is to analyse a) the logic and functioning of scientific publishing as a global figuration and b) the researcher model underlying this figuration. Scientific publishing is a phenomenon which involves researchers, universities, research institutions, the State, publishing houses, and scientific information and indexation companies, their internal connections and their balances of power. At the same time, a discourse exists which legitimizes scientific publishing in accordance with particular criteria on

### ***L'impact d'avoir (ou pas) de l'impact: pour une sociologie critique des publications scientifiques***

Cet article comporte un double objectif: celui de se pencher sur la logique et le fonctionnement de la publication scientifique perçue comme une figuration globale et celui d'étudier le modèle de chercheur sous-jacent à cette figuration. La publication scientifique est un phénomène qui englobe les enseignants et les chercheurs, les universités et les centres de recherche, l'État, les éditeurs de revues et les entreprises d'information et d'indexation scientifiques, leurs connexions internes et leurs équilibres de pouvoir. Concomitamment,

internationalization, dissemination, and recognition and which prescribes a model of behaviour. Finally, the article reflects on the consequences of this discourse in terms of the production, distribution, and utilization of knowledge in a semi-peripheral country such as Portugal.

**Keywords:** impact factor; internationalization; Portugal; publishing; scientific journals.

il existe un discours qui rend légitime la publication scientifique en accord avec des critères spécifiques d'internationalisation, de divulgation et de reconnaissance et qui prescrit un modèle de conduite de publication. Finalement, dans ce texte, nous abordons les conséquences de ce discours dans un pays semi-périphérique tel que le Portugal en termes de production, de distribution et de consommation de savoir.

**Mots-clés:** édition; facteur d'impact; internationalisation; Portugal; revues scientifiques.

